



COMISSÃO SOBRE DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS

RECOMENDAÇÃO SOBRE O TEMA DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA, DA DEMOCRACIA E DOS DIREITOS HUMANOS

CONSCIENTES de que os congressos, parlamentos e assembléias, onde se expressa essencialmente a representação política, independentemente do desenvolvimento de seu trabalho, são objeto de uma permanente crítica e de questionamentos diversos;

MANTENDO presente a importância dos meios de comunicação nas sociedades modernas e na geração de percepções sociais e na necessidade de sua imparcialidade e objetividade;

CONSIDERANDO que a democracia representativa vive dificuldades devido à crescente pluralidade e atomização de partidos nas democracias contemporâneas;

CONSIDERANDO que nos congressos os governos de consenso estão substituindo os de maioria;

MANTENDO presente que é necessário compatibilizar a participação da sociedade e de suas organizações na vida política e social do país, e o papel de condução dos partidos políticos;

CONSIDERANDO que a igualdade na participação política de homens e mulheres constitui um dos princípios fundamentais da democracia e do respeito dos direitos humanos;

CONSIDERANDO que não pode haver democracia sem justiça social, equidade, soberania e participação ativa da sociedade;

CONSIDERANDO que a ética e transparência são elementos essenciais para fortalecer os parlamentos e a democracia;

NÓS, parlamentares da COPA:

AFIRMAMOS que é necessário fortalecer, como um contrapeso dos poderes do Estado particularmente do Executivo, o papel dos congressos;

EXORTAMOS os chefes de Estado e de Governo das Américas a respeitarem as regras de convivência democrática e atribuir aos congressos de seus países o peso que lhes corresponde;

INSTAMOS aos legislativos que estudem mecanismos de renovação que fortaleçam seu funcionamento e, conseqüentemente, a vida democrática;

ADVERTIMOS sobre o crescente perigo de que a representação política baseie-se em apoios privados que distorçam o sentido social do trabalho público;

AFIRMAMOS ser necessário que os congressos exerçam maiores tarefas de divulgação e informação, aproveitem mais da influência dos meios de comunicação para propagar o sentido da representação e o trabalho e a obra dos parlamentares;

AFIRMAMOS que a eqüidade e igualdade na participação das mulheres e dos homens constitui um dos principais objetivos de nossa organização;

COMPROMETEMOS nossa vontade para desenvolver a missão educativa de nossos respectivos parlamentos em matéria de democracia, conhecimento dos direitos humanos e direito internacional com o propósito de não somente legislar em função do ser humano, mas sim de conscientizar os cidadãos e, principalmente as novas gerações, das realidades políticas, econômicas e sociais de um Estado democrático e do funcionamento das instituições parlamentares;

ACEITAMOS propiciar a agilização das regras de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais de nossos respectivos países com o propósito de outorgar a estes processos maior transparência e eqüidade;

COMPROMETEMO-NOS em tornar mais transparentes os processos de ratificação de acordos, tratados ou convênios internacionais, favorecendo assim a imputabilidade dos parlamentos federais e federados em suas áreas de competência institucional, assim como solicitar informação completa e oportuna aos dirigentes de nossos Estados, durante os processos de negociação dos tratados nas reuniões intergovernamentais com a finalidade de poder zelar e prevenir que estes tratados não vulnerem a soberania nem os preceitos em todas as ordens. Esta solicitação adquire particular relevância no atual processo de negociação do Acordo de Livre Comércio das Américas;

COMPROMETEMO-NOS a zelar firmemente pelo respeito da democracia e dos direitos humanos nas Américas, e comprometemo-nos a trocarmos informação para efeitos de conhecer a situação que mantém estes temas em nossos países e nas Américas;

COMPROMETEMO-NOS a denunciar formalmente toda ruptura da ordem democrática e toda violação flagrante dos direitos humanos no continente. Para tanto, ratificamos a posição do Comitê Executivo da COPA, tomada em maio passado, em relação ao seqüestro da senadora Ingrid Betancourt, em relação ao problema que afeta a comunidade de Vieques e também em relação à Carta Democrática da Organização de Estados Americanos nos eventos ocorridos em abril passado na República Bolivariana da Venezuela.